Apontamentos acerca do trabalho e do avanço da Fronteira agrícola em São Paulo entre 1917 e 1937.

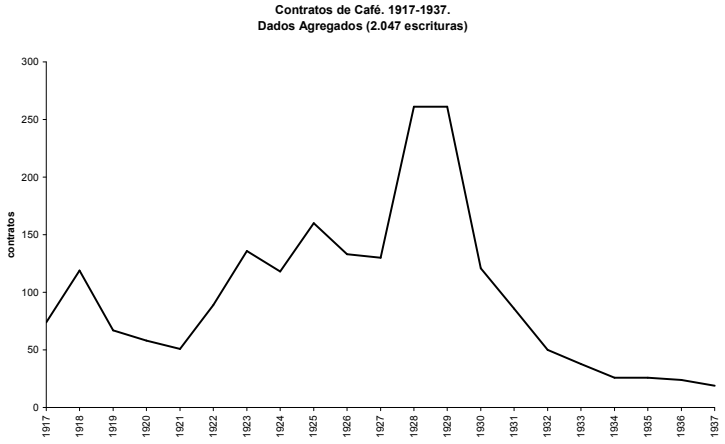
Rogério Naques Faleiros
Professor Adjunto do CCJE-UFES

RESUMO: O Objetivo deste texto é sistematizar algumas das conclusões apresentadas em "Fronteiras do café: fazendeiros e 'colonos' no interior paulista (1917-1937)", tese de doutoramento defendida no Instituto de Economia da Unicamp em dezembro de 2007. Verifica-se neste período, em função das políticas de valorização dos preços do café e de uma legislação amplamente favorável à apropriação privada de terras públicas, um crescimento vertiginoso do número de cafeeiros plantados, notadamente nas zonas de recente exploração (Noroeste, Alta Araraquarense e Alta Sorocabana). A partir desta expansão, apresentamos sucintamente algumas considerações acerca das relações de trabalho estabelecidas nas diversas regiões pesquisadas. Utilizamos como fonte as escrituras de contratos de formação e trato de cafeeiros lavradas em cartórios.

Palavras-Chave: Fronteira, cafeicultura, interior paulista, relações de trabalho, contratos.

Primeiramente, é necessário enfatizar a importância que as políticas de defesa do café implementadas de forma temporária ou permanente entre 1917 e 1937, tiveram na definição de novos plantios no interior paulista neste período. Evidentemente, a intervenção do governo no mercado cafeeiro, sobretudo a partir de 1924, dotou a atividade cafeeira de maior "segurança" e estabilidade, de modo que os fazendeiros construíram expectativas muito sólidas em relação às futuras safras e ampliaram o plantio café nos sertões da Noroeste e da Alta Araraquarense, como também reativaram a cafeicultura em regiões mais antigas, mas que ainda reuniam potencialidades à atividade, tais como Franca e Jaú. Observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 01



Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937). Foram pesquisados os municípios de Campinas e Rio Claro (região Central), Ribeirão Preto e Franca (Mogiana), São Carlos e Araraquara (Paulista), Jaú e Novo Horizonte (Douradense), São José do Rio Preto e Catanduva (Alta Araraquarense), Botucatu e São Manuel (Sorocabana), Lins e Pirajuí (Noroeste).

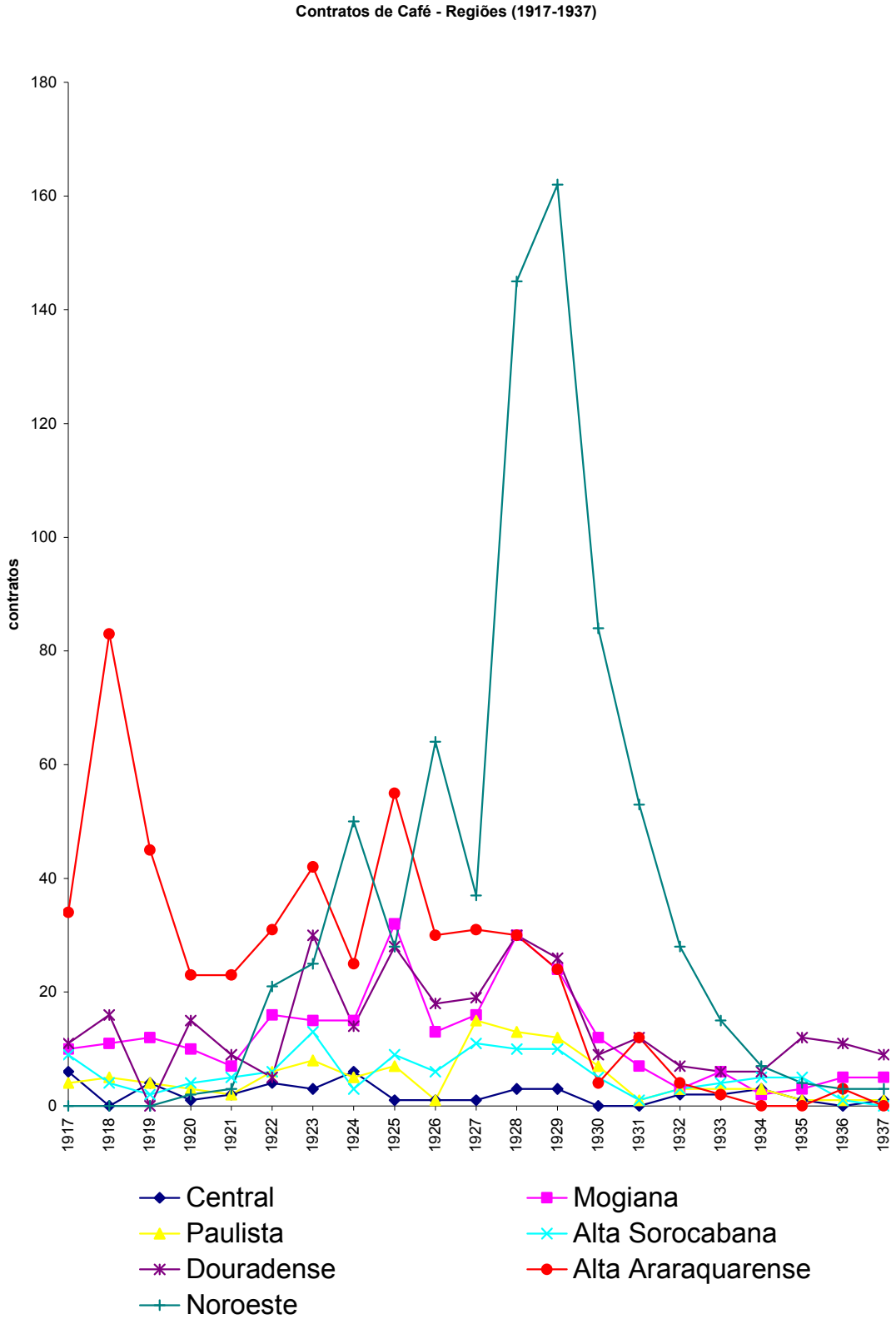
Entre 1925 e 1929 encontramos o maior número de escrituras, demonstrando imensa correspondência entre as políticas de defesa e as expectativas dos fazendeiros, dado o considerável aumento no número de contratos, notadamente os de formação de novas lavouras nas regiões novas. Porém, a decisão de "ir adiante", de formar novas lavouras não possuía uma única motivação, no caso, o preço do café no mercado internacional. Embasados na percepção de Pierre Monbeig, procuramos nas curvas descendentes dos rendimentos nas regiões antigas uma nova razão de expansão da cafeicultura. Ou seja, seria muito simplista creditar apenas ao movimento dos preços a razão para a expansão do número de cafeeiros verificada na década de vinte, pois há que se entender que justamente neste período os cafeeiros das principais regiões produtoras do estado, a saber: Ribeirão Preto, Jaú, Araraquara, São Carlos, São Manuel e Campinas, já apresentavam nítidos sinais de esgotamento, uma vez que se tratava de lavouras formadas a pelo menos vinte anos. A estratégia adotada conjuntamente parece ter sido a de formar novas lavouras em solos virgens (porém piores) compensando-se assim, com novos cafeeiros, a queda de produtividade dos antigos. Neste sentido a família Ferreira Penteado, de Ribeirão Preto, "moveu" a fronteira formando cafeeiros em Catanduva, por exemplo, e homens da cepa de Bento de Abreu Sampaio Vidal, Cel. Joaquim de Toledo Piza e Cel. Francisco Schmidt abriram fazendas em Pirajuí, na Noroeste.

Outra razão para explicar a lógica do avanço da fronteira agrícola era o tipo de relação de trabalho estabelecida entre fazendeiros, empreiteiros e parceiros, ambos genericamente chamados pela bibliografia de colonos do café. Para o rebaixamento dos custos monetários de formação e trato dos cafeeiros, fazia-se necessário oferecer algum tipo de acesso a terra para os trabalhadores, que, por sua vez, o valorizavam muito, pois retiravam dali sua subsistência e eventuais excedentes, derivando disso a sempre presente preocupação com as cláusulas que formalizavam este acesso, parcial e retroativo. Ocorre que para a viabilidade de relações contratuais deste tipo, fazia-se necessária a existência de uma fronteira em movimento, que, ao agregar novas extensões ao complexo capitalista agro-exportador, permitia ao fazendeiro formar lavouras, ou mesmo parte da estrutura da fazenda em condições muito aprazíveis: casas de colonos, pastos, cercas, mangueirões, terreiros, estradas, etc. Sem a fronteira, as relações de trabalho no campo ficariam "engessadas", pressionando os fazendeiros à ampliação de seus gastos, o que redundaria

num aumento dos salários em dinheiro e conseqüentemente do grau de monetarização, atingindo-se a base desta sociedade. O argumento é que o complexo cafeeiro paulista, na sua relação de produção mais imediata, referindo-se àquelas travadas nos cafezais, necessitava da constante incorporação de novas terras objetivando a redução dos custos monetários, com vistas à ampliação do potencial de acumulação dos fazendeiros e dos demais capitalistas que atuavam nesta economia. Em síntese, a fronteira avançava em função dos preços internacionais, avançava para compensar produtividades cadentes e avançava para viabilizar um alto de grau de exploração do trabalho neste complexo econômico, garantindo sua viabilidade.

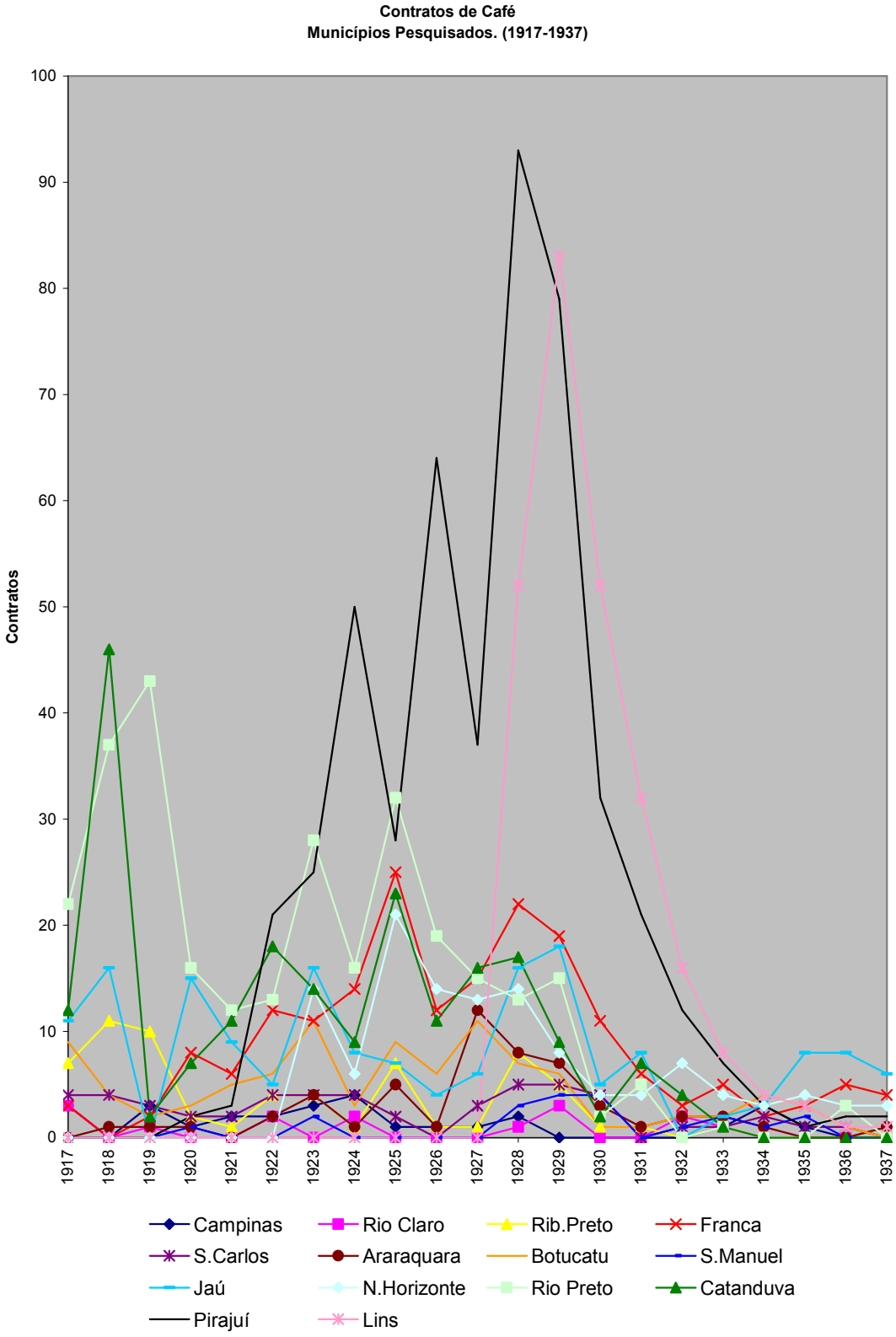
Observemos os gráficos e mapas abaixo. Como seria de se esperar encontramos um maior número de contratos de trabalho nos municípios situados na fronteira de expansão da cafeicultura à época, aqui representada pelos municípios de Lins e Pirajuí (Noroeste), São José do Rio Preto e Catanduva (Alta Araraquarense) e Novo Horizonte, na Douradense. A curva de contratos destas regiões evidencia o exato momento de expansão da cafeicultura, por volta de 1917-20 na área de prolongamento da Estrada de Ferro Araraquarense, movimento que arrefece posteriormente, e entre 1925-1929 na Noroeste, num avanço de magnitude e velocidade incomparáveis na história paulista. Mesmo situado numa nova zona (em parte) o número de escrituras encontradas em Novo Horizonte foi substancialmente menor do que nos demais municípios de fronteira. Em alguns dos municípios aqui considerados verifica-se o caráter estacionário ou mesmo uma regressão da cafeicultura no período compreendido entre 1917 e 1937: Campinas, Rio Claro, São Carlos, Ribeirão Preto. Em Franca, Araraquara, Botucatu, São Manuel e Jaú, em função de um perfil fundiário mais fragmentado observamos um aumento do número de cafeeiros produtivos no período em tela, denunciando considerável capacidade de resposta de regiões já "maduras" ao favorável contexto dos anos vinte. Aliás, como veremos adiante, Franca e Jaú, dentre os municípios mais antigos, apresentaram o maior número de empreitadas de formação de cafeeiros, mesmo sendo a produtividade destes dois municípios decadente, porém ainda viável, ao se observar o período compreendido entre 1909 e 1938.

Gráfico 2



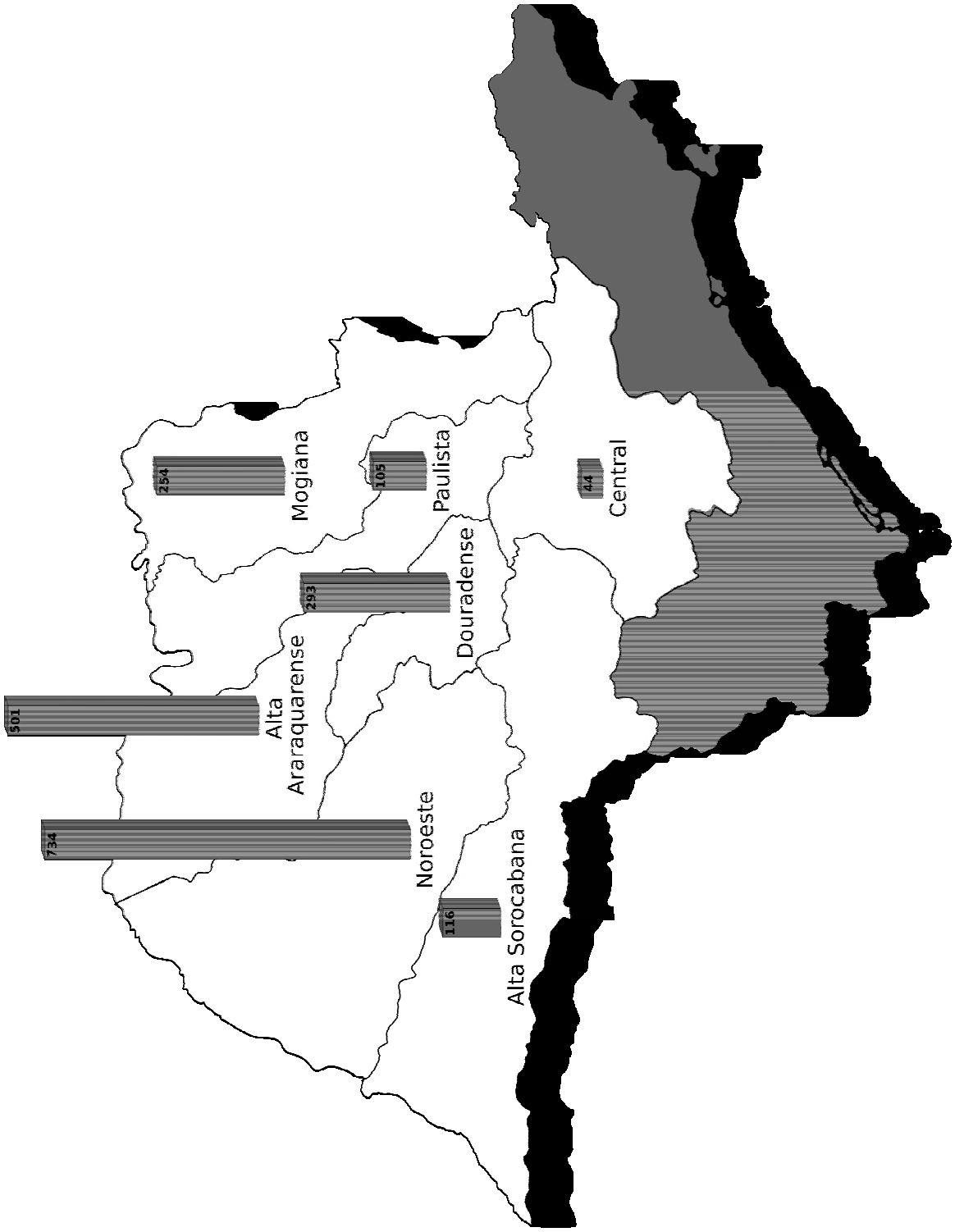
Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937).

Gráfico 3



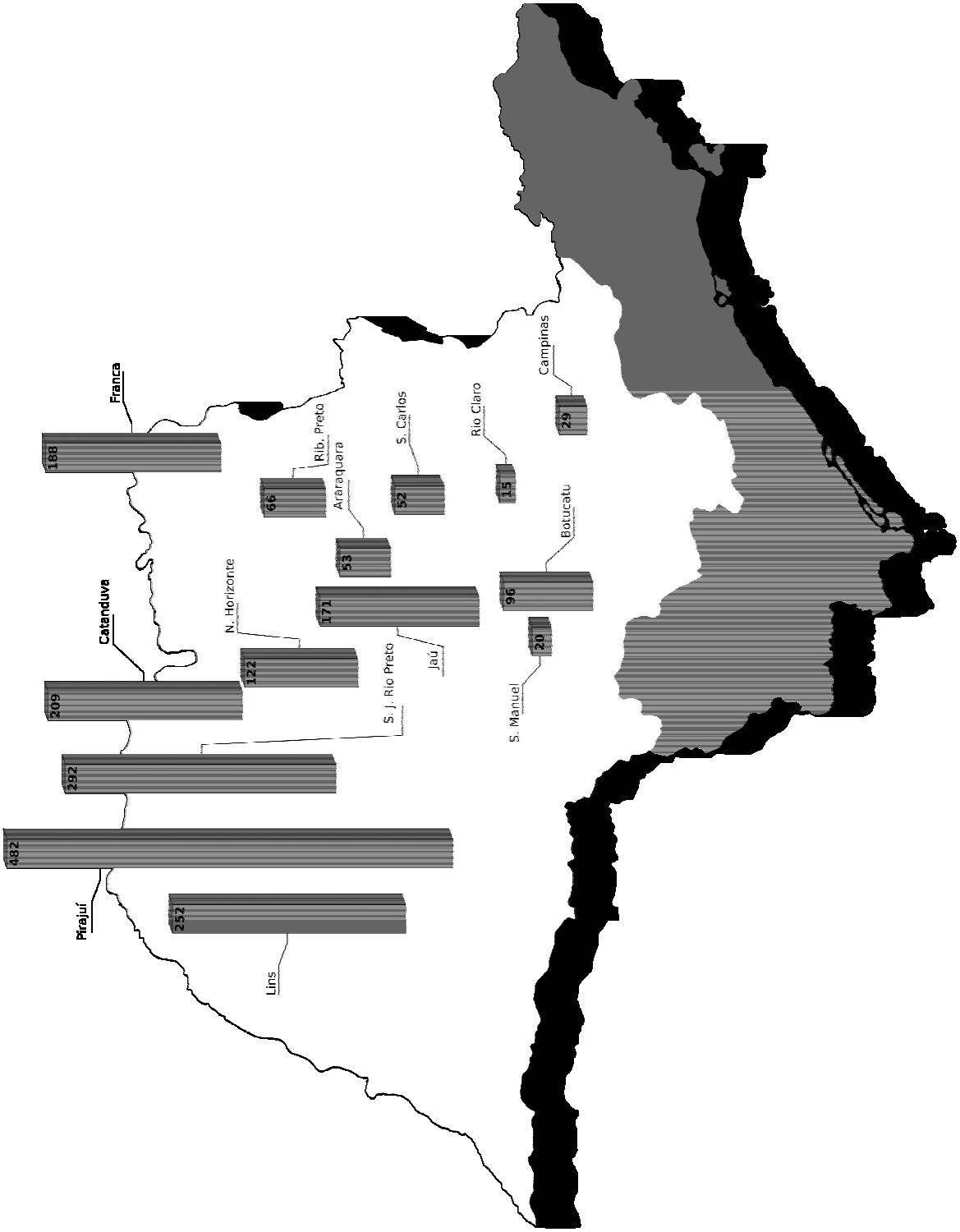
Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Mapa 1 – Escrituras lavradas por Região



Fonte: Elaborado a partir das escrituras pesquisadas em cartórios

Mapa 2 – Escrituras lavradas por município



Fonte: Elaborado a partir das escrituras pesquisadas em cartórios

Tese consolidada na bibliografia sobre as relações de trabalho na cafeicultura identifica que as regiões de fronteira seriam mais atrativas não só por conta de uma maior disponibilidade de espaço para o plantio intercafeeiro, uma vez que se tratava de lavouras em formação, mas também por conta de uma maior fertilidade da terra e conseqüente produtividade dos cafeeiros[1]. Tal tese não resiste a um exame mais apurados dos dados disponíveis. Evidentemente, as condições para os cultivos intercalares eram facilitadas nas fronteiras, o que exercia forte poder de atração sobre os trabalhadores. Porém, em termos de produtividade, não se pode afirmar peremptoriamente que as terras da fronteira fossem de melhor qualidade. Em se tratando de terras virgens, cuja mata nativa há pouco tempo cedera lugar aos cafeeiros, era de se esperar safras magníficas nas primeiras colheitas, o que realmente se verificava, mas tal potencial produtivo logo se esvaía, não durando o surto mais do que uma década. Às compactas manchas de terra roxa de Ribeirão Preto, Jaú, São Manuel e às esparsas manchas de Franca, Campinas, Araraquara e São Carlos sucederam-se os arenitos cretáceos do oeste, que rapidamente se esgotavam pela intensa exploração do solo.

Quando submetemos à análise os dados de produtividade existentes para o período compreendido entre 1909 e 1938, percebemos duas características: a) os picos de produtividade são inferiores nas fronteiras da década de vinte se comparadas com os picos das regiões mais antigas, por volta da década de dez; b) a alta produtividade rapidamente decaiu nos municípios novos, de modo que, no final do período, a quantidade de arrobas produzidas por cada mil pés de café se assemelhava ou eram inferiores à de solos explorados a longa data. Salvo os municípios que já apresentavam produtividade muito decadente, inferior à média do estado de São Paulo neste período (46,6 arrobas por mil pés[2]), tais como Campinas (39,66), Rio Claro (34,45), São Carlos (42,54), Araraquara (43,91), São José do Rio Preto (46,16), Novo Horizonte (41,85) e Botucatu (42,05), os municípios mais novos e promissores de Pirajuí, Lins e Catanduva equiparavam-se ou já eram superados já em 1938 pelos municípios cuja exploração agrícola remonta à década de 1890. Abaixo os dados de produtividade:

---

[1] Ver os trabalhos de Thomas Holloway, M. Font, Chiara Vangelista, Brasílio Sallum Jr. e José de Souza Martins.

[2] Considerando que este número incluía regiões à época sem nenhuma expressão na cafeicultura, tais como o Vale do Paraíba.

Tabela 1 – Produtividade (arrobas por mil pés). Municípios selecionados 1909-1938.

PRODUTIVIDADE - ARROBAS POR MIL PÉS							
Ano	Campinas	Rio Claro	Ribeirão Preto	Franca	São Carlos	Araraquara	S.J.Rio Preto
1909-10	45,50	43,60	83,2	107,6	59,9	62,7	76,7
1910-11	40,60	33,20	77,2	56,6	53,0	45,1	46,0
1911-12	40,30	42,20	84,6	84,4	56,0	49,3	80,0
1912-13	42,20	34,70	84,6	84,6	51,4	59,5	51,3
1913-14	43,00	36,50	81,0	90,7	41,3	54,6	46,3
1914-15	44,30	38,30	78,5	64,3	66,4	49,1	66,4
1915-16	49,60	40,90	86,5	82,0	46,6	63,4	45,0
1916-17	44,10	37,50	73,4	41,7	58,6	49,9	55,1
1917-18	51,10	41,20	87,9	71,8	43,9	64,7	44,0
1918-19	30,80	28,90	53,7	41,0	39,1	33,3	42,7
1919-20	20,50	17,40	17,8	21,3	17,0	17,5	16,3
1920-21	48,50	34,90	56,6	55,9	48,5	45,2	55,6
1921-22	34,40	29,40	40,4	52,6	29,7	32,1	52,0
1922-23	39,80	24,40	35,8	44,5	25,9	27,7	22,2
1923-24	40,10	41,80	68,8	45,0	29,7	36,4	26,9
1924-25	48,80	32,80	59,8	56,6	39,1	40,0	13,4
1925-26	45,20	32,30	44,8	46,1	36,9	46,2	29,0
1926-27	33,30	24,70	51,8	51,0	28,9	42,0	51,8
1927-28	49,80	44,70	57,2	52,9	46,2	73,4	83,1
1928-29	25,20	25,70	54,5	26,8	51,2	27,1	26,8
1929-30	47,30	32,60	59,9	64,5	60,2	57,2	62,3
1930-31	31,20	31,10	46,8	64,2	44,8	33,5	43,7
1931-32	54,00	45,00	47,7	61,8	49,3	50,7	52,2
1932-33	51,40	26,60	41,4	41,0	35,3	43,8	42,1
1933-34							
1934-35	30,90	30,30	36,6	38,4	30,2	30,0	31,6
1935-36	25,70	34,70	44,4	40,9	30,0	25,6	30,1
1936-37	23,90	33,90	38,9	45,9	30,9	36,5	54,9
1937-38	29,00	45,20	42,5	50,3	41,0	32,9	44,9
Média	39,66	34,45	58,44	56,59	42,54	43,91	46,16

PRODUTIVIDADE - ARROBAS POR MIL PÉS							
Ano	Catanduva	Jaú	Novo Horizonte	São Manuel	Botucatu	Lins	Pirajuí
1909-10		105,0		108,9	62,0		
1910-11		85,9		61,4	40,0		
1911-12		72,4		99,5	54,2		
1912-13		61,8		43,0	34,0		
1913-14		86,1		104,6	60,0		
1914-15		67,6		54,8	45,4		
1915-16		92,0		103,2	63,3		46,3
1916-17		75,5		54,2	46,9		48,6
1917-18		80,3		80,6	52,5		65,0
1918-19		57,9		31,5	30,6		43,7
1919-20	18,1	19,7		17,2	17,5		21,8
1920-21	73,8	85,3		52,3	44,4		65,9
1921-22	49,2	56,9		47,1	30,0	27,9	50,9
1922-23	40,1	42,5	32,7	34,5	34,4	28,7	42,2
1923-24	39,1	87,3	26,5	44,1	36,1	30,7	44,0
1924-25	53,8	76,4	32,0	38,3	34,9	44,0	58,7
1925-26	56,7	61,5	40,4	67,8	59,3	41,2	63,5
1926-27	54,0	59,5	34,0	33,4	31,0	95,3	28,4
1927-28	94,9	85,2	82,7	100,0	72,3	27,3	99,7
1928-29	36,7	51,2	27,1	48,7	22,9	27,3	29,8
1929-30	77,6	54,4	68,4	103,5	59,7	84,9	61,3
1930-31	43,7	47,9	41,9	40,5	29,8	53,8	37,4
1931-32	59,3	57,5	45,2	56,7	47,1	67,0	48,9
1932-33	54,9	63,4	52,5	28,0	29,9	49,5	48,2
1933-34							
1934-35	32,9	33,9	30,1	33,4	27,6	32,5	41,4
1935-36	54,9	43,6	38,8	42,8	30,2	74,4	75,8
1936-37	49,9	48,7	39,0	43,9	39,9	64,9	70,0
1937-38	47,9	62,3	36,4	46,1	41,5	64,5	64,5
Média	52,08	65,06	41,85	57,86	42,05	50,87	52,55

Fonte: O café: estatísticas de produção e comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1919,19-29 e 1938.

Os dados acima revelam que mesmo esgotados, as regiões de terra roxa ainda apresentavam maior produtividade no período considerado: Jaú (1º), Ribeirão Preto (2º) e São Manuel (3º). Porém, quando consideramos o período entre 1917 e 1937, Jaú continuou apresentando a maior produtividade, mas agora seguida por Pirajuí, Catanduva e Lins, revelando que quando consideramos um período de tempo menor, o número de arrobas por mil pés se destaca nas zonas novas, o que não se repete quando se dilata o período de observação, que, por seu turno, privilegia os solos de melhor qualidade e denuncia a rápida perda de qualidade dos solos das fronteiras da década de vinte. Assim, o argumento de que nas fronteiras era recorrente uma maior produtividade merece uma melhor qualificação, sendo válido, supomos, apenas para os anos inicias da idade produtiva dos cafeeiros lá plantados, o que logo se esvaía.

Outro ponto que a bibliografia parece ter subestimado é a importância das cláusulas envolvendo pagamentos em dinheiro, destacada diferença, a nosso ver, entre as regiões de fronteira (notadamente a Noroeste) e as regiões mais antigas. Nas zonas mais antigas predominavam contratos de parceria, onde a remuneração dos "parceiros" era composta unicamente por uma parcela da produção dos cafeeiros sob seus cuidados e acesso a terra (reduzido) para a garantia de sua subsistência. Em escrituras que versavam sobre a formação de cafeeiros nas zonas novas, notadamente em Ribeirão Preto[3] (62%), Pirajuí (58%) e Lins (48%), fora recorrente, nas proporções apresentadas, o acerto de uma determinada quantia em dinheiro por cada cova formada, o que certamente pesava positivamente nas contas dos trabalhadores, ao passo que em municípios de cafeicultura mais antiga tal proporção era bem mais modesta: Campinas (10,3%), Araraquara (13,2%) e Botucatu (21,8%), por exemplo. Das 2.047 escrituras pesquisadas, em 685 (33,5%) se praticou pagamentos em dinheiro, proporção que não deve ser desprezada. Tais cláusulas também contribuíam para a preferência dos trabalhadores pelos contratos de formação, e não unicamente o acesso a um espaço mais amplo (e conjugado com os cafeeiros) para o plantio de alimentos. Assim, se por um lado a bibliografia sobre o tema tende a superestimar a maior fertilidade das terras novas, por outro parece subestimar a importância dos pagamentos em dinheiro como mecanismo utilizado para atrair mão-de-obra.

Nas regiões de fronteira as condições para o plantio entre as fileiras do café de culturas como a de arroz, milho, feijão, mamona, batatinhas, amendoim, etc. eram mais atrativas para os trabalhadores, pois se tratava de lavouras em formação, em geral com 16 palmos de distância entre uma cova e outra, aproximadamente três metros, espaço no qual poderiam retroativamente plantar, diminuindo-se o

[3] Neste município a maioria das escrituras de empreitada versava sobre a formação de novas lavouras nas fronteiras.

espaço na medida em que os cafeeiros cresciam. Esta situação era preferida pelos trabalhadores, sendo mais atraentes do que o fornecimento de terrenos extras para o cultivo de alimentos, o que era mais recorrente em contratos de parceria, em função da idade dos cafeeiros, mas significava perda de capacidade de trabalho, pois a força de trabalho do núcleo familiar seria dividida entre diferentes talhões, o que não ocorria no cultivo conjugado. Conforme já assinalamos[4], os trabalhadores perdiam parte dos seus excedentes ao comercializá-los com os fazendeiros por uma série de mecanismos, tais como as cláusulas de "preferência" de venda, os próprios custos de transporte e beneficiamento, a taxação sobre carros de outro comprador que adentrasse à fazenda, a obrigatoriedade de transferir gratuitamente determinada quantidade de sacas de "alimentos" para o fazendeiro e o estabelecimento de parcerias também nestas produções. A bibliografia tende a aceitar que a produção de gêneros alimentícios fora um dos principais meios pelos quais "colonos" teriam garantido sua ascensão social à condição de pequeno proprietário rural. Aliás, não travamos aqui um enfrentamento direto com esta questão, pois a ascensão social de trabalhadores rurais encontrava-se subordinada a um conjunto muito amplo de variáveis, tais como a época em que trabalharam, as formas de comercialização do excedente, a atuação direta no mercado (e a dimensão deste mercado), a fertilidade e localização das terras, o tamanho do grupo familiar, a qualidade dos grãos produzidos, o tipo de contrato, o grau de frugalidade, a capacidade de poupança, o direito a ter criações, etc., de modo que qualquer posição fechada sobre esta questão pode ser muito reducionista e temerária, sem contar que, dependendo das condições, a vida de um pequeno sitiante ou chacareiro poderia ser pior do que a de um parceiro ou colono, pois deter uma pequena propriedade não é necessariamente sinônimo de ascensão social. Não que a possibilidade de ascensão se encontrasse totalmente "travada", porém, a consulta às escrituras aos contratos de formação e trato de cafeeiros nos indicou que os trabalhadores rurais, sejam eles empreiteiros, parceiros ou colonos, possuíam uma liberdade muito reduzida no que se referia à negociação de sua produção de gêneros alimentícios e mesmo da parcela da produção de café que lhes cabia. Intermediações favoráveis ao fazendeiro se interpunham entre produtores e consumidores, o que redundava em achatamento dos preços e perda de capacidade de reunir algum pecúlio, principalmente quando os trabalhadores se encontravam endividados com a fazenda.

---

[4] Ver Rogério Naques FALEIROS. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937).* Campinas: IE-UNICAMP, 2007. Tese de doutoramento. Ver: Pedro Geraldo TOSI, Rogério Naques FALEIROS, Rodrigo da Silva TEODORO. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista. Franca: 1890-1914. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 61, p. 01-22, 2007.

Como nos ensinou Wilson Cano, o desenvolvimento e a diversificação da agricultura paulista (exclusive café) esteve intimamente vinculado ao processo de desenvolvimento da cafeicultura, que se expandiu ao se consolidar o sistema de colonato, que permitia aos trabalhadores o plantio intercalado nas ruas do cafezal, sendo que esta agricultura era totalmente dependente da atividade nuclear, o café, e, portanto possuía autonomia muito relativa. "Tomando-se como índice 100 a produção média de 1901-06, os principais produtos evoluíram, no período 1925-30, da seguinte forma: açúcar 338, feijão 331, milho 215, arroz 689, algodão 509 e café 192[5]". No mesmo período a população do estado de São Paulo duplicou, aumentando, sobretudo, nas grandes cidades e impondo demandas cada vez maiores à produção de alimentos, que apesar de crescente, ainda não atingira a auto-suficiência, como nos lembra o autor. Evidentemente existia certa "hierarquia de rentabilidades", capitaneada pelo café, entre os diferentes gêneros produzidos nas fazendas, o que não significa dizer que a produção de alimentos voltada ao mercado interno fosse uma atividade desinteressante. Assim, acreditamos que os cafeicultores também operavam neste mercado, concentrando a pulverizada produção de seus subordinados e comercializando-as nas Casas Comerciais e Armazéns localizados nas cidades mais próximas, que, por seu turno, realizavam uma concentração ainda maior destas produções e as remetiam, por ferrovia, aos principais centros consumidores de alimentos, tais como Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, Campinas e São Paulo. Acreditamos que os "estreitamentos de mercados" impostos aos trabalhadores rurais, captados direta ou indiretamente nas escrituras pesquisadas, indicam a existência de tal circuito, que reservava rentabilidade considerável aos agentes que nele atuavam. No fundo, o que estamos querendo dizer é que apesar de as escrituras serem lavradas entre duas partes "iguais", é necessário muito formalismo liberal para acreditar em tal pressuposto. Ao lavrar uma escritura em cartório parceiros e empreiteiros se subordinavam a condições muito desiguais, que iam desde o direito a não pagar à definição de um código de conduta no espaço da fazenda (condenando o alcoolismo, realização de festas e recepção de visitas "estranhas", por exemplo). Na maioria dos casos, os fazendeiros reservavam para si o direito de fiscalizar os trabalhos, definindo arbitrariamente como e quando aplicar multas e punições, bem como se desoneravam dos efeitos de acidentes climáticos (secas e geadas) que prejudicassem a formação ou o trato de cafeeiros, que se traduziriam em prejuízos diretos aos trabalhadores. Não podemos nos esquecer também do fato de que, se por algum motivo, os fazendeiros não reunissem condições de efetuar os pagamentos aos empreiteiros alocados em sua fazenda, obrigar-lhes-ia, já se garantindo em uma possível situação de "calote", a ficar mais um ou dois

[5] Wilson CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p.75.

anos trabalhando na fazenda como colonos, sendo que os trabalhadores receberiam seus haveres em café, e não mais em dinheiro, como fora combinado anteriormente. Em alguns contratos os fazendeiros impunham cláusulas que obrigavam os empreiteiros ou parceiros a trabalhar gratuitamente alguns dias por ano na manutenção de estradas, cercas e benfeitorias da fazenda, numa espécie de reminiscência feudal (a corvéia).

Leoninos também eram os empréstimos fornecidos aos trabalhadores do café, onde se estabelecia a cobrança de juros que depreciavam contundentemente sua capacidade de negociação na ocasião das colheitas, pois uma parcela considerável de seu café e dos gêneros alimentícios produzidos era utilizada para realizar os pagamentos ou cobrir os débitos acumulados nas mercearias das fazendas. As mercearias, ou "vendas", por seu turno, também funcionavam como peça central na exploração dos trabalhadores, pois muitas vezes, ao invés de receberem pagamentos em dinheiro, lhes era aberto um crédito na venda, obrigando-os a ali "queimar" seus saldos adquirindo produtos que não reuniam condições de produzir, mas que eram indispensáveis à vida rural naquele contexto, tais como sal, farinha de trigo, ferramentas, arames, etc. Pode-se pensar que as vendas foram essenciais para a concentração da produção de gêneros alimentícios e café nas mãos dos fazendeiros, pois lá se efetivavam relações comerciais amplamente favoráveis a estes. Há casos em que os fazendeiros criavam notas e moedas que circulavam na propriedade e circunvizinhanças, criando-se uma espécie de sucedâneo monetário com um raio de ação limitado, mas que cumpria importante missão de redução dos custos monetários de produção e impunham a obrigatoriedade de liquidação daquela "moeda" somente aonde fosse aceita: na venda da fazenda. Outra forma de exploração comum a todas as regiões pesquisadas fora a utilização da estrutura da fazenda para reduzir a parcela de café ou de alimentos que caberia, segundo contrato, aos trabalhadores. Comumente os fazendeiros cobravam taxas pela utilização das máquinas de beneficiar, das tulhas e dos terreiros de secagem, enfim, do processo de beneficiamento como um todo, cobrança esta que significava redução da parcela de café que caberia aos trabalhadores, evidenciando que a modernização da infra-estrutura das fazendas potencializava a exploração do trabalho dando caráter permanente aos desnivelamentos sociais, sendo, por este prisma, também decisivas para a acumulação de capitais no complexo cafeeiro. A cobrança de taxas para o transporte da produção dos trabalhadores dos seus respectivos talhões até as máquinas ou armazéns agia no mesmo sentido, valendo-se os proprietários das estradas, carroças, carros e animais existentes na fazenda.

Tratemos agora do número de cafeeiros envolvidos nas escrituras pesquisadas. Nas tabelas abaixo definimos algumas faixas para buscar alguma diferenciação entre o número de cafeeiros contratados, em regime de empreitada ou parceria, nas diferentes regiões do estado. Ocorre que diferenças significativas não foram encontradas neste quesito, sendo que as proporções foram muito próximas entre as regiões analisadas, posicionando-se a maioria das escrituras, para todos os casos, nas faixas entre cinco e dez mil cafeeiros e entre dez e vinte mil cafeeiros, denotando que na maioria dos casos tratava-se de uma quantidade de cafeeiros compatível com a capacidade de trabalho de um núcleo familiar, às vezes dois:

Tabela 2 – Faixas de cafeeiros contratados (1917-1937)

Cafeeiros contratados (No. de contratos)							
Faixas	até 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	mais de 100.000	Total
Central	5	**14**	11	8	3	3	44
Mogiana	45	71	**81**	43	12	2	254
Paulista	21	25	**29**	23	6	1	105
A. Sorocabana	20	34	**45**	16	0	1	116
Douradense	58	**81**	**81**	55	8	10	293
A. Araraquarense	102	**172**	138	70	14	5	501
Noroeste	174	**293**	173	76	18	0	734
Total	***425***	***690***	***558***	***291***	***61***	***22***	***2.047***

Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Tabela 3 – Faixas de cafeeiros contratados (1917-1937) - porcentagem

Cafeeiros contratados (%)							
Faixas	até 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	mais de 100.000	Total
Central	11,36	**31,82**	25,00	18,18	6,82	6,82	100
Mogiana	17,72	27,95	**31,89**	16,93	4,72	0,79	100
Paulista	20,00	23,81	**27,62**	21,90	5,71	0,95	100
A. Sorocabana	17,24	29,31	**38,79**	13,79	-	0,86	100
Douradense	19,80	**27,65**	**27,65**	18,77	2,73	3,41	100
A. Araraquarense	20,36	**34,33**	27,54	13,97	2,79	1,00	100
Noroeste	23,71	**39,92**	23,57	10,35	2,45	-	100
Total	***20,76***	***33,71***	***27,26***	***14,22***	***2,98***	***1,07***	***100***

Fonte: Livro de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Em contratos inferiores a vinte mil cafeeiros é provável que as pessoas que assinavam as escrituras fossem as que efetivamente levariam a cabo a formação ou o trato dos cafeeiros, pois se tratava de uma quantidade muito pequena compatível com a de núcleos familiares compostos por oito, dez "enxadas". Acima destas quantidades de cafeeiros mais recorrentes, nas faixas entre vinte e cinqüenta mil cafeeiros, entre cinqüenta e cem mil e acima de cem mil cafeeiros, o que percebemos é

que se tratavam ou de contratos coletivos, envolvendo mais de dez, quinze famílias, ou de sub-empreitadas, onde um empreiteiro individualmente assumiria a formação de uma grande lavoura e arregimentaria mão-de-obra em condições favoráveis, provavelmente embolsando os valores pagos pela formação de cada cova e repassando aos verdadeiros formadores um determinado quinhão compatível com a capacidade de trabalho da família, onde esta garantiria sua subsistência e receberia como remuneração toda a produção de café até o final do contrato.

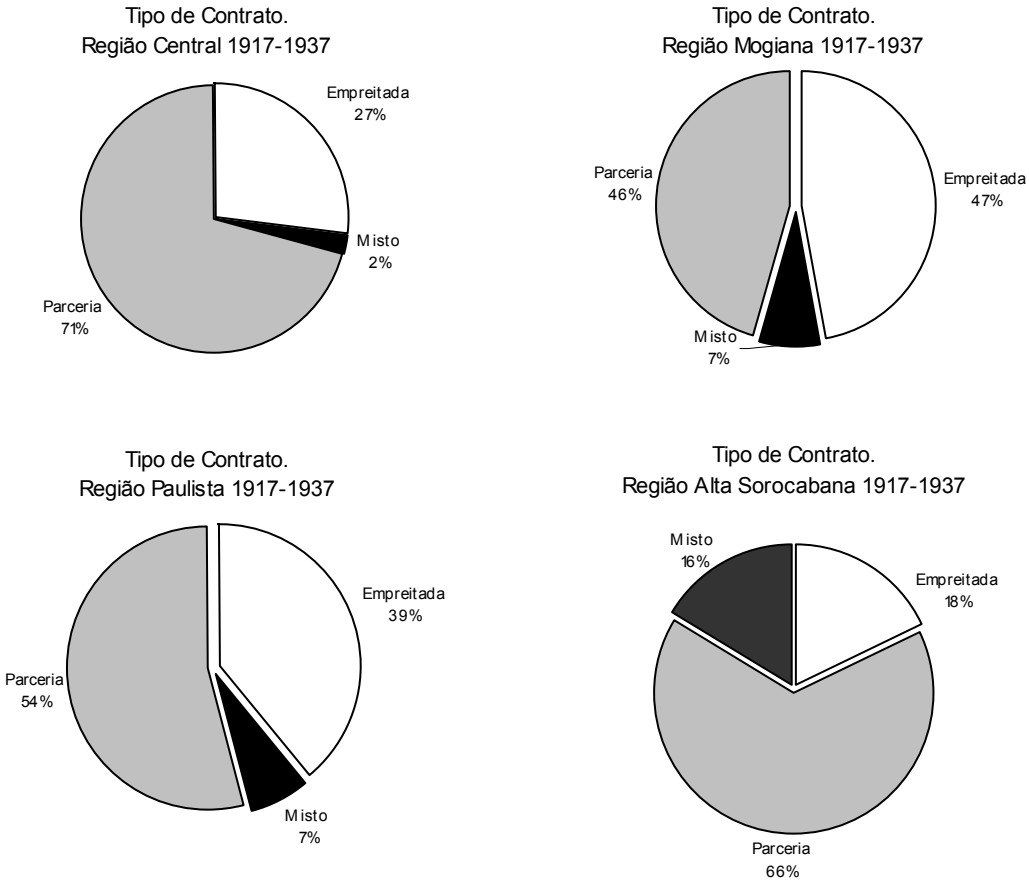
O caso de alguns empreiteiros japoneses que formaram lavouras na Noroeste e na Alta Araraquarense pode nos evidenciar que pessoas ligadas a organizações que viabilizavam a imigração de trabalhadores estivessem sub-empreitando contratos, beneficiando-se economicamente de contatos existentes nestes órgãos, como no caso de Namura Naoqui, que acertou com fazendeiros de Ribeirão Preto a formação de duzentos e cinqüenta mil cafeeiros na fazenda Cubatão, em Catanduva, contratando para tal empreitada vinte e cinco famílias nipônicas. A existência de escrituras que envolvia número superior de cafeeiros indica a possibilidade de sub-empreitadas, altamente lucrativas para os agenciadores de mão-de-obra, cujo único trabalho era colocar em contato fazendeiros e trabalhadores.

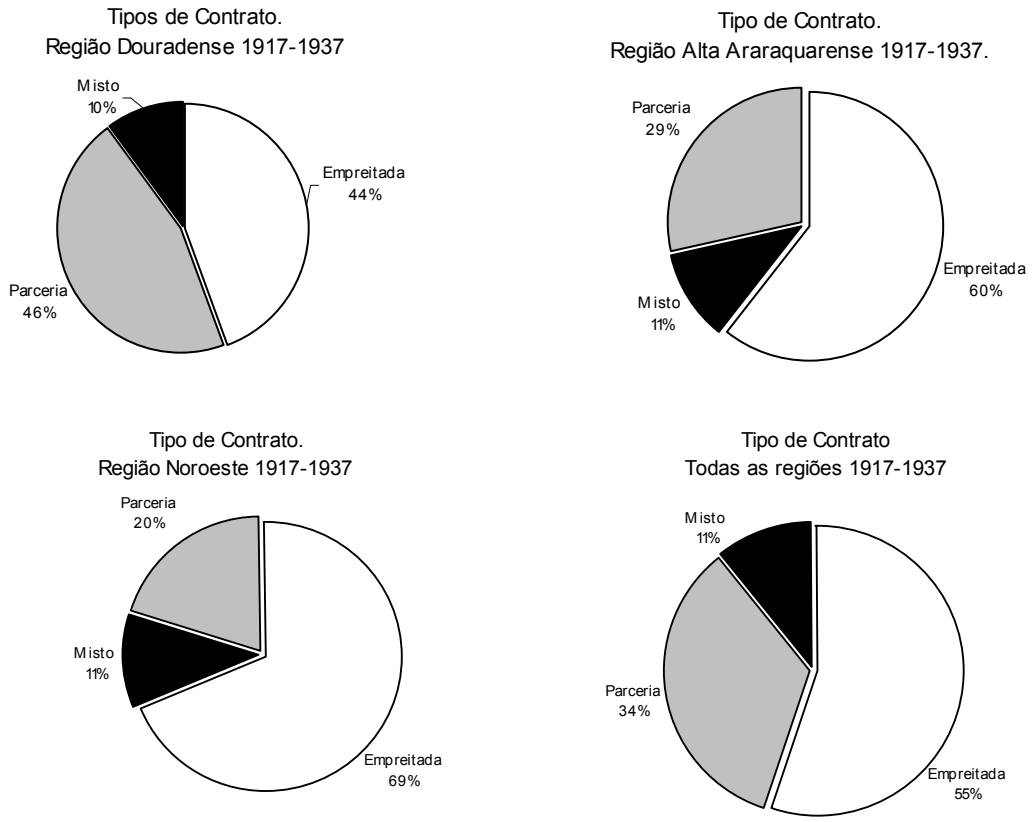
Nas regiões de cafeicultura mais antiga predominavam os contratos de parceria agrícola, no qual a produção dos cafezais era dividida em duas, sendo este tipo de escritura predominante nos municípios de Campinas, Rio Claro, Franca, São Carlos, Botucatu e Jaú. Em Araraquara encontramos o mesmo número de parcerias e empreitadas entre 1917 e 1937, sendo as empreitadas dominantes em Ribeirão Preto, em função da formação de lavouras em outras zonas do estado. Observa-se nas simulações feitas em Faleiros (2007) que as parcerias, em termos monetários, e desconsiderando os mecanismos de exploração impostos aos trabalhadores rurais acima descritos, proporcionavam aos parceiros uma quantia superior à auferida pelos empreiteiros, que, em geral, receberiam algum dinheiro pelo seu trabalho apenas quando os cafeeiros começassem a dar frutos, ao passo que no caso das parcerias, receber-se-ia metade da produção anual das lavouras de café. Porém, a diferença registrada em favor dos parceiros não era suficientemente para compensar os potenciais ganhos auferidos em função de um maior espaço entre as fileiras do café, o que tornava as empreitadas mais atraentes para os trabalhadores, ainda mais quando existiam cláusulas monetária, que estipulavam o pagamento de um determinado valor por cada cova formada.

De certa forma, como nas empreitadas os trabalhadores, em função do maior espaço, produziam uma maior quantidade alimentos e, também, se estipulavam pagamentos pré-fixados em dinheiro,

garantia-se certa autonomia em relação ao mercado, sendo os empreiteiros menos suscetíveis às quedas de preço do que os parceiros, que, por sua vez, teriam seus "salários" diretamente comprimidos a cada variação, sendo que, na baixa, quando os estoques visíveis superavam a demanda, os parceiros sofriam ainda mais com o rebaixamento dos preços imposto pelos fazendeiros e demais compradores. Em Faleiros (2007) no capítulo referente à região Noroeste, encontram-se projeções sobre uma parceria de cinco mil cafeeiros entre 1924-1929 e entre 1934-1937, para os municípios de Pirajuí, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, verificando-se que num contexto de baixos preços (1934-37) a renda do parceiro chegaria a ser deprimida em mais de 65% entre um intervalo e outro, evidenciando uma suscetibilidade muito elevada da renda dos parceiros aos movimentos do mercado, ainda mais quando pensamos que neste tipo de contrato os trabalhadores não contariam com rendimentos alternativos, representados pela comercialização de arroz, milho e feijão, uma vez que o espaço para estes plantios era reduzido, em função da idade dos cafeeiros. Evidentemente a queda de preços prejudicava a todos, mas na empreitada, na alta ou na baixa, os trabalhadores receberiam, teoricamente, uma quantia fixa ao final do contrato, e poderiam compensar a compressão de suas rendas em café pela venda de alimentos. Abaixo a proporção dos tipos de contratos encontrados por região.

Gráfico 4





Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados

Existiam também os contratos mistos, nos quais o fazendeiro contratava cafeeiros em diferentes condições, alguns já formados, sobre os quais se estabelecia uma parceria, e alguns por formar, sobre os quais se estabeleciam empreitadas. Este tipo de contato era utilizado para se garantir o trato de lavouras adultas mediante a formação de novas, onde poderiam oferecer aos trabalhadores melhores condições para o cultivo de outras culturas. De certa forma, é possível que alguns cafeicultores estivessem formando cafeeiros mesmo contra sua vontade, sobretudo em zonas antigas, objetivando, com isso, garantir o trato a custos monetários reduzidos e, de certa forma, tornando equivalentes as condições de plantio intercafeeiro destas regiões às da fronteira. Aventamos a possibilidade de que nas regiões de cafeicultura antiga se plantavam cafeeiros também para não desarticular o trabalho, mediante a existência da fronteira. Os gráficos acima revelam claramente a predominância das parcerias nas regiões mais antigas e das empreitadas nas regiões mais novas, porém evidenciam, também, a existência de uma quantidade significativa deste tipo de contrato em regiões como a Mogiana, a Paulista e a Douradense. As empreitadas encontradas na região Mogiana foram, em sua

maioria, lavradas em Franca (71), município cuja área agricultável subiu de cerca de seis mil alqueires para onze mil entre 1920 e 1934, evidenciando ampliação desta cultura no município, mas também não devemos desconsiderar as que foram lavradas em Ribeirão Preto (48), que se referiam à formação de lavouras em outras regiões (80% do total). Na região Paulista um maior número de empreitadas foi encontrado em Araraquara, vinte e cinco, e apenas dezesseis em São Carlos, sendo que em Araraquara se verificou também aumento da área agricultável entre 1920 e 1934 (de nove para quatorze mil alqueires), tendo ocorrido o inverso em São Carlos. Já na Douradense a recorrência de empreitadas se deve ao fato de que Novo Horizonte era um município de fronteira à época, e por isso encontramos lá setenta e cinco escrituras de formação de cafeeiros, sendo também considerável o número de empreitadas lavradas em Jaú (55), indicando aumento da cultura cafeeira neste município no período em tela. Entre 1920 e 1934 a área agricultável de Jaú destinada à cafeicultura ampliou-se de nove para quinze mil alqueires, sendo considerável também o número de escrituras que versavam sobre outras regiões do estado e do Paraná. Nos municípios da região Central e Alta Sorocabana encontramos poucos contratos de empreitada: Campinas (03), Rio Claro (03), São Manuel (06) e Botucatu (15), apesar de a área agricultável e o número de cafeeiros produtivos terem crescido nestes dois municípios. Com exceção de Campinas, Rio Claro, São Carlos e Ribeirão Preto, cujo número de pés de café decresceu no período em tela, o que se verifica no conjunto de municípios formados por Franca, Jaú, Araraquara, Botucatu e São Manuel é a ampliação da cafeicultura na década de vinte, a despeito de já serem regiões de cafeicultura "madura" à época. Por que ocorrera esta diferenciação?

O fato é que o fenômeno de avanço da fronteira paulista na década de vinte não foi homogêneo, deixando-se para trás, dentro das regiões já exploradas, áreas intocadas pela cafeicultura. Na tabela abaixo podemos observar três "grupos" distintos de municípios: um no qual a cafeicultura regrediu ou, no máximo, manteve-se estacionada na década de vinte, composto por Campinas, Rio Claro, Ribeirão Preto e São Carlos; um grupo cuja inserção no complexo cafeeiro ocorreu nas últimas décadas do século XIX, mas verificou-se um crescimento da atividade cafeeira entre 1920 e 1934, composto por Franca, Araraquara, Jaú, Botucatu e São Manuel; e um terceiro grupo que congrega os municípios de fronteira, alguns dos quais ainda nem existiam em 1920, mas que em 1934 já despontavam como importantes centros cafeicultores: Novo Horizonte, São José do Rio Preto, Catanduva, Pirajuí e Lins.

Quanto aos municípios deste primeiro grupo, cabem duas considerações. Uma primeira se refere ao fato de que se tratava de áreas esgotadas, cuja produtividade (com menor intensidade em Ribeirão Preto), vinha caindo paulatinamente e, por conseqüência da queda de rentabilidade, algumas lavouras

foram extintas, explicando-se assim a redução do número de cafeeiros. Há que se considerar também que nestes municípios existiam unidades produtoras de grande porte, notadamente em São Carlos e Ribeirão Preto[6], as quais foram aos poucos se tornando menos rentáveis em função do desgaste dos solos e cafeeiros. Como vimos anteriormente, os custos de produção de uma grande fazenda eram muito elevados, incompatíveis com uma produtividade cadente. No caso de Campinas e Rio Claro, a atividade cafeeira era menos concentrada, porém o que se percebe é que nesta região o esgotamento dos solos já era muito avançado, sendo o processo de "desmanche" da cafeicultura muito acelerado entre 1920 e 1934, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 4 – Área Plantada e No. de Cafeeiros (1920-1934)

Município	Área Plantada		Cafeeiros	
	1920	**1934**	**1920**	**1934**
Campinas	12.782,30	7.388,50	28.518.100	16.672.709
Rio Claro	6.128,50	2.768,25	13.391.000	5.139.345
Ribeirão Preto	14.887,60	15.711,00	31.394.365	28.685.817
São Carlos	10.885,10	7.717,00	25.049.200	15.206.922
Franca	5.907,00	10.902,25	11.727.800	16.826.900
Araraquara	9.275,20	14.044,75	18.212.000	27.953.728
Jaú	9.330,60	15.820,50	19.676.300	26.081.667
Botucatu	4.998,80	8.011,25	12.328.500	14.682.400
São Manuel	9.799,20	14.176,00	20.345.800	25.701.800
N. Horizonte	806,60	8.583,75	1.561.970	15.235.400
S. J. do Rio Preto	9.762,40	12.208,00	3.180.000	24.459.800
Catanduva	1.403,60	9.342,75	1.786.500	18.386.400
Pirajuí	3.605,80	28.547,75	3.841.000	45.461.800
Lins	3.977,60	31.325,00	7.701.200	49.864.900

Fonte: José Francisco de CAMARGO. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: FIPE/USP, 1981. Vol. I, II e III. P. 92-133.

Num segundo grupo de municípios, apesar da existência de grandes fazendas, geralmente instaladas nos solos de melhor qualidade, uma vez que se tratava de municípios com solos híbridos, formados tanto por manchas de terra roxa quanto por arenitos da série Bauru (exclusive São Manuel), verificava-se uma estrutura fundiária mais fragmentada, com uma predominância mais ampliada de unidades produtoras mais modestas. Estas propriedades "funcionavam" com custos de produção menores, operando basicamente com o trabalho familiar e com uma infra-estrutura muito incipiente, porém tal característica as permita conviver com uma produtividade menos significativa e solos com

[6] Dentre os municípios pesquisados, estes dois apresentam o maior número de cafeeiros por proprietário, cerca de oitenta mil. *Cf:* José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.,* p. 92-133.

algum grau de desgaste. O caso de Jaú exemplifica que os novos plantios entre 1924 e 1929 ocorreram majoritariamente nas pequenas e médias propriedades, sendo que cremos ser possível estender este argumento também para Franca, Araraquara e Botucatu. Como a pesquisa em São Manuel não foi muito elucidativa, dado o pequeno número de contratos encontrados (20), penso ser temerária qualquer classificação mais específica em relação a este município, ainda mais quando os dados indicam que o número de cafeeiros produtivos subiu de vinte e cinco para setenta e um milhões entre 1934 e 1940 e a área agricultável destinada à cafeicultura de quatorze para quarenta e sete mil alqueires[7]. Certamente uma expansão desta magnitude esteve intimamente ligada com uma melhor classificação do grão local e com a existência de terras de qualidade ainda não exploradas no final da década de vinte.

Num terceiro grupo situam-se municípios criados justamente pelo avanço da fronteira agrícola nas primeiras décadas do século XX, onde se verificou um vertiginoso aumento da área destinada à cafeicultura e da população, sendo que, conseqüentemente, lá encontramos 66% das escrituras pesquisadas. Tratava-se justamente das novas áreas incorporadas à acumulação capitalista à época, onde predominaram contratos de empreitada e as melhores condições para os trabalhadores rurais, em função do mais amplo acesso às culturas intercalares.

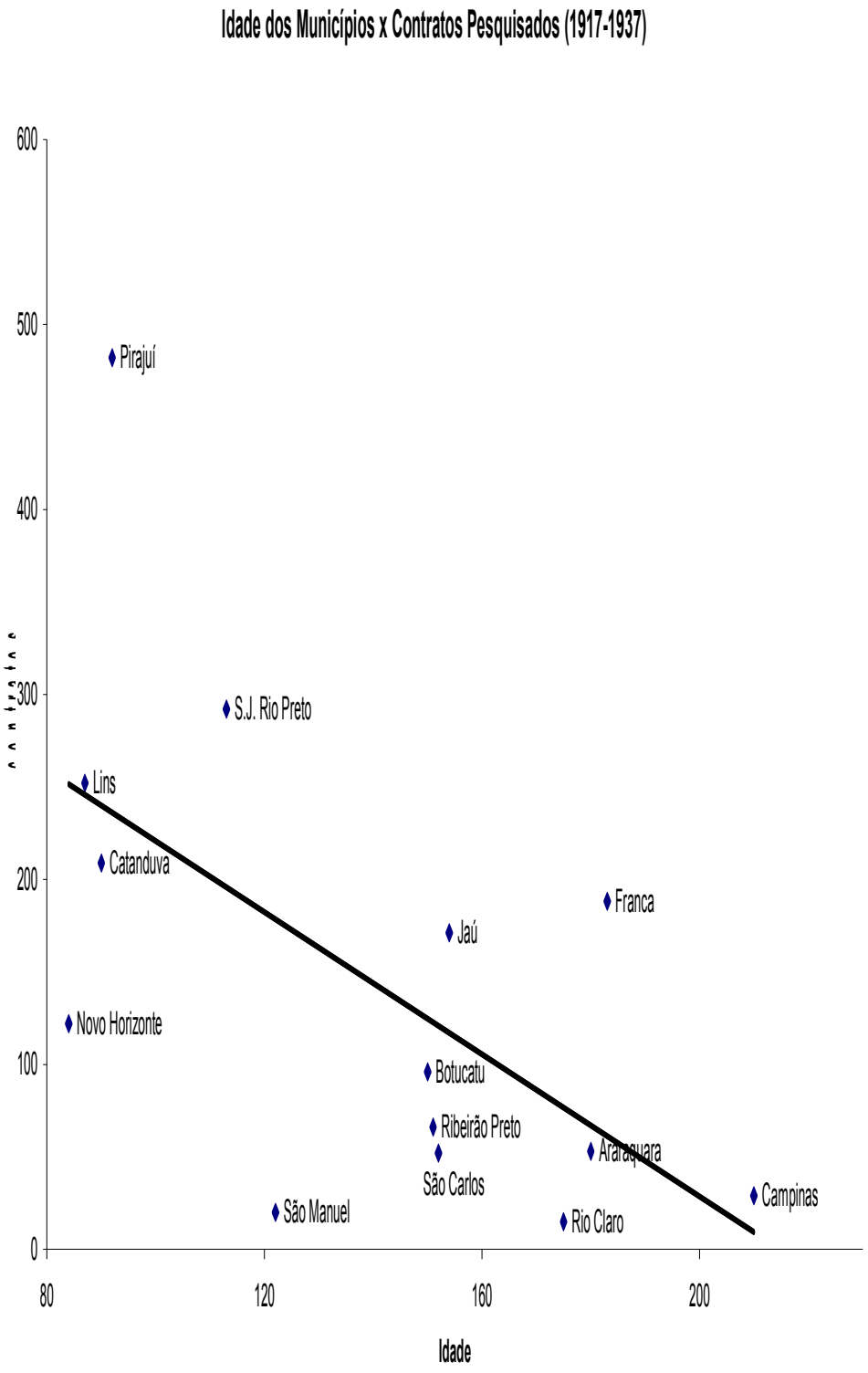
Os dados de Camargo parecem qualificar um pouco melhor o que fora a expansão da cafeicultura nos anos vinte, evidenciando que em conjunto com os municípios da fronteira, proprietários sediados em regiões já maduras beneficiaram-se das condições existentes à época para ampliar seu potencial produtivo de café. Porém, os dados deste autor evidenciam também que em função do esgotamento dos solos e da estrutura fundiária concentrada, alguns municípios tiveram uma "capacidade de resposta" muito tímida em face da evolução favorável dos preços. As 2.047 escrituras pesquisadas corroboram ou negam tal assertiva?

Corroboram. A documentação cartorial consultada captou o frenético avança da fronteira agrícola nas regiões Noroeste e Alta Araraquarense e na Douradense, bem como o esgotamento, aqui representado pelo baixo número de escrituras pesquisadas, da região Central e de parte da Mogiana, da Paulista e da Alta Sorocabana. Observemos os gráficos:

---

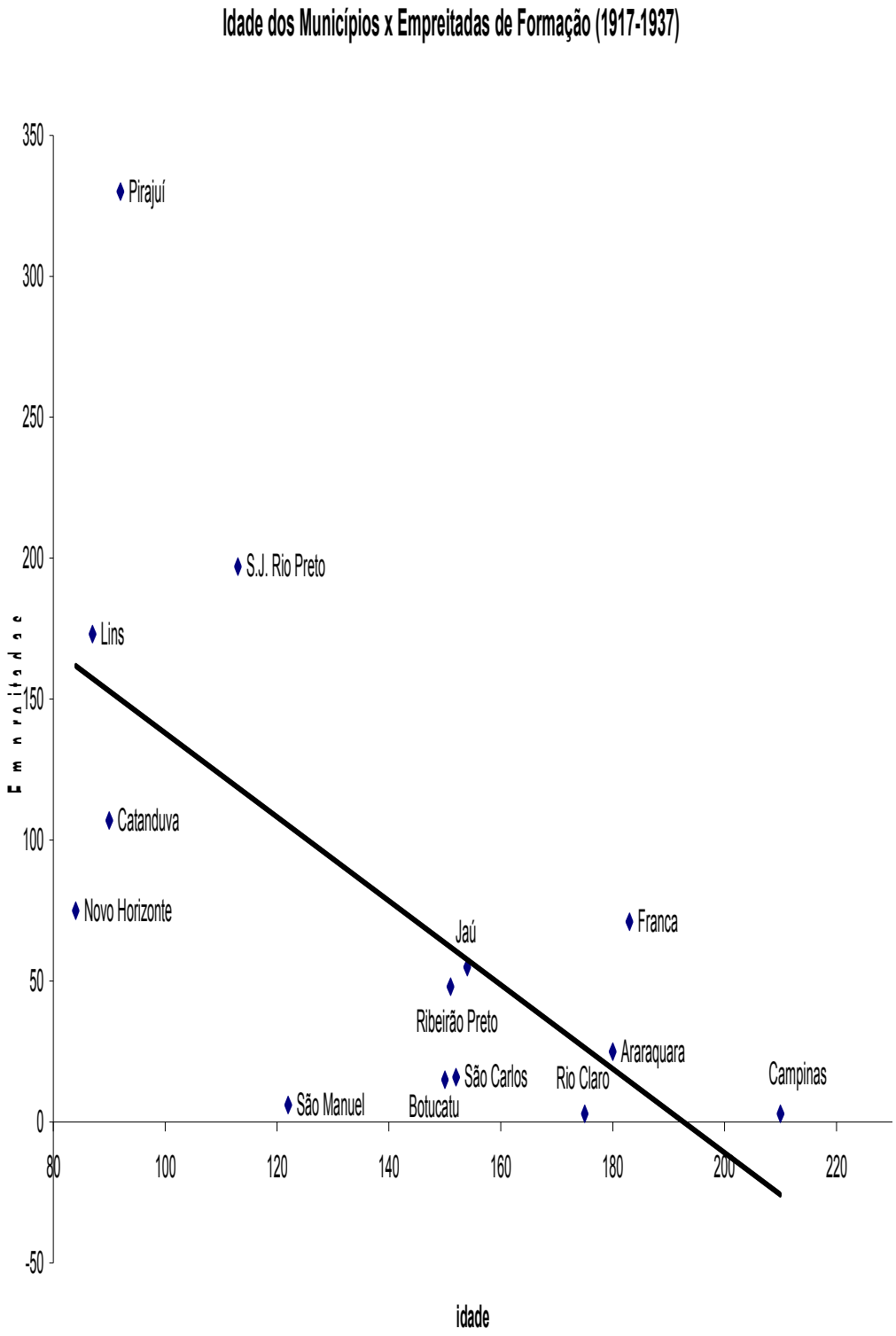
[7] José Francisco de CAMARGO. *Op. Cit.,* p. 132.

Gráfico 5



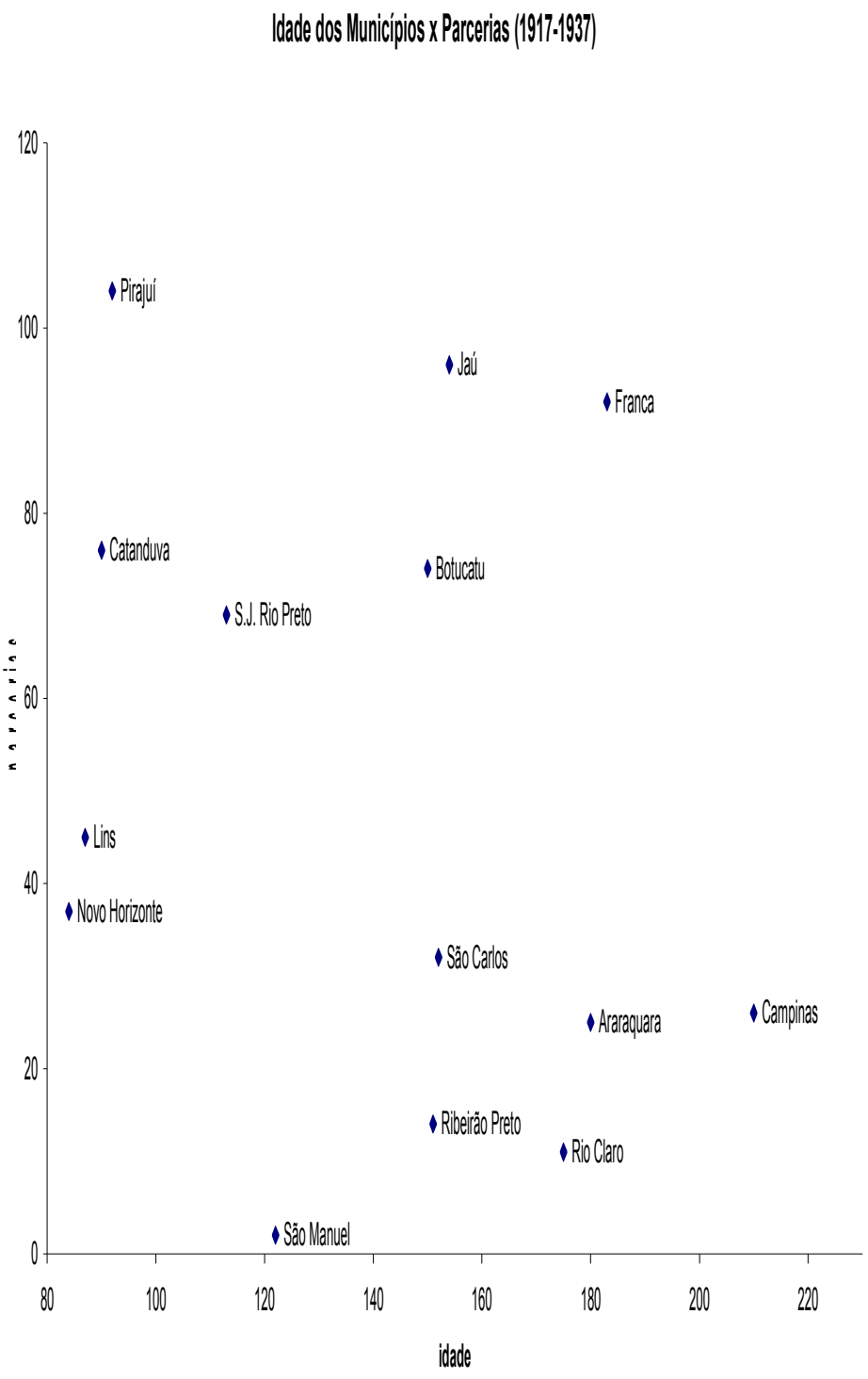
Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Gráfico 6



Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Gráfico 7



Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Apresentamos acima três gráficos de dispersão: um co-relacionando a idade dos municípios com o número de contratos pesquisados (gráfico 05); um co-relacionado a idade dos municípios com o número de empreitadas de formação (gráfico 06) e outro co-relacionado a idade dos municípios com o número de parcerias (gráfico 07), lembrando que todos se referem ao período compreendido entre 1917 e 1937[8].

Os gráficos números cinco e seis nos passam informações muito próximas: um maior número de contratos foi lavrado nos cartórios dos municípios mais novos, sendo que, nestes municípios, as empreitadas foram predominantes, tal como demonstram as respectivas linhas de tendência. No gráfico número cinco podemos claramente visualizar três "grupos" de municípios: a) um composto por Pirajuí, Lins, São José do Rio Preto, Catanduva e Novo Horizonte; b) um composto por Franca, Jaú e Botucatu; c) um composto por Campinas, Araraquara, Rio Claro, Ribeirão Preto, São Carlos e São Manuel. Assim como os dados de Camargo revelaram, pudemos identificar novamente a existência de três situações distintas, uma típica de fronteira, outra situação onde em municípios já "velhos" lavrou-se considerável quantidade de contratos: 188 em Franca, 171 em Jaú e 96 em Botucatu e uma terceira situação onde em municípios mais velhos se encontrou reduzido número de escrituras de formação e trato de cafeeiros, incluindo-se agora, neste grupo, Araraquara e São Manuel. Cabe considerar que o gráfico número seis nos revela que a renovação da cafeicultura botucatuense foi menos vigorosa do que as de Franca e Jaú, dado o menor número de empreitadas lá encontradas, provavelmente em decorrência de uma produtividade mais baixa em relação aos outros dois municípios deste grupo (vide tabela 1).

Já no gráfico número sete a dispersão entre os pontos é muito acentuada, revelando que não podemos traçar uma tendência muito clara (por isso suprimimos a linha de tendência do gráfico), principalmente em função da grande diferença do número de escrituras registradas a favor dos municípios mais novos, sendo lá também superior o número de parcerias lavradas, notadamente em Pirajuí, Catanduva e São José do Rio Preto. Novamente podemos visualizar neste gráfico os três grupos de municípios supracitados, com especial atenção para a proximidade dos pontos de Franca, Jaú e Botucatu, municípios com destacada predominância de unidades produtoras mais modestas e solos de boa qualidade, onde o elevado número de parcerias lavradas indica que a cafeicultura manteve-se ativa no período em tela. Há que se considerar também que em regiões onde predominavam unidades

[8] Como não é nossa intenção elaborar um modelo matemático a partir destas regressões lineares, ocultamos a equação e o R quadrado do gráfico. Os dados foram organizados desta forma apenas para melhor visualização das idéias expostas, possuindo apenas caráter ilustrativo.

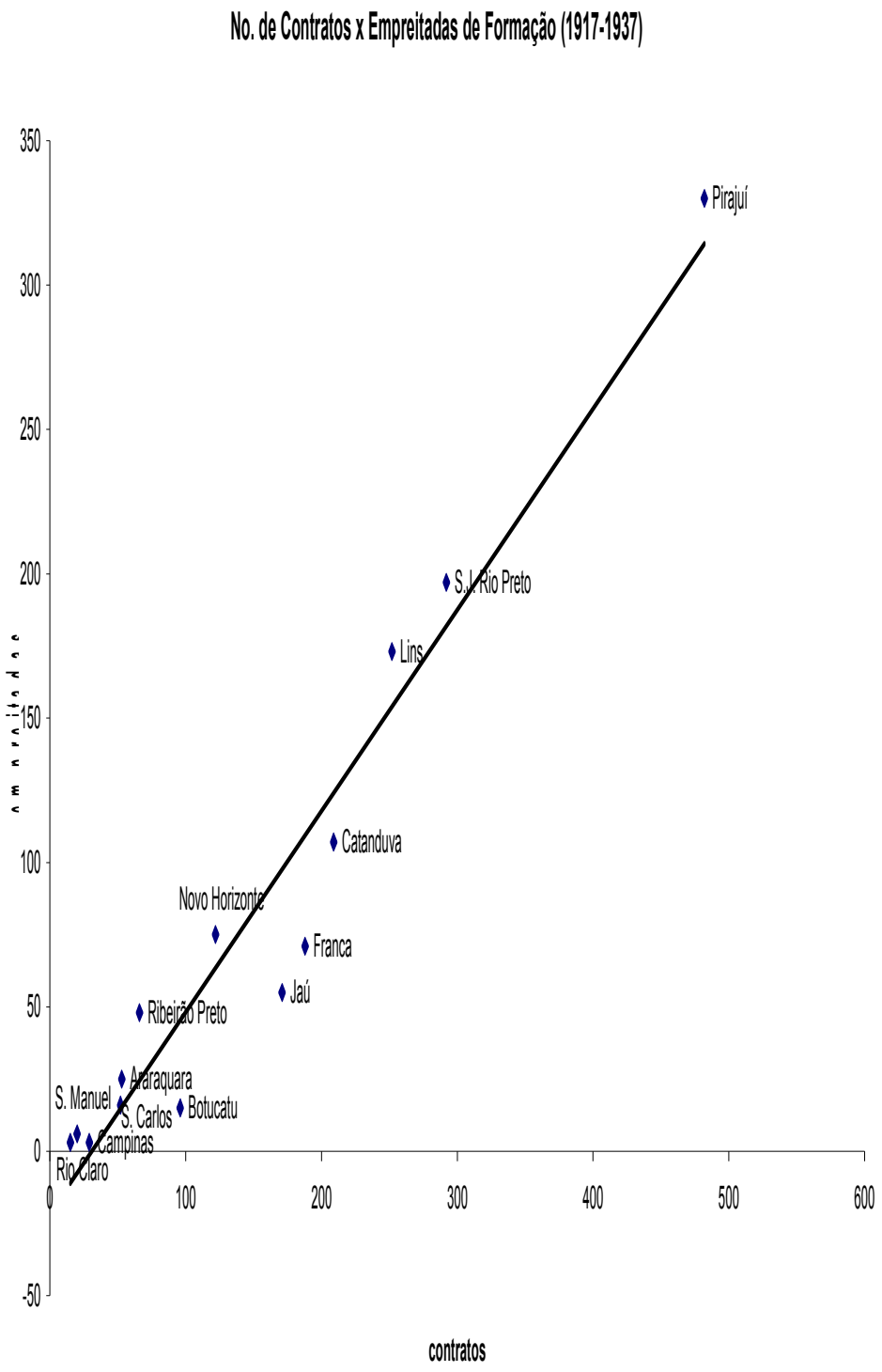
produtoras maiores vigorava a contratação de colonos com salários anuais pelo trato de cada mil pés – o típico colonato – relação de trabalho não captada por nossa pesquisa, pois não era registrada em cartório, mas sim em contratos de cadernetas semelhantes àqueles expostos em outro estudo que elaboramos referente à região de Campinas[9], sendo tal modalidade de contrato quase inexistente em fazendas menores, que optavam pela parceria para reduzir custos monetários. Talvez também derive disso o maior número de contratos deste tipo em Franca, Jaú e Botucatu em relação à Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto, por exemplo.

Passemos agora para um segundo conjunto de dispersões, onde correlacionamos as seguintes variáveis: número de contratos x empreitadas de formação e número de contratos x pagamentos em dinheiro. Abaixo, o gráfico número oito elucida a informação de que nos municípios novos existia um maior número de contratos de empreitada, lá se concentrado, como vimos, as melhores situações para o trabalhador em função do acesso ampliado à produção de gêneros alimentícios. Novamente, em exceção à tendência demonstrada, verifica-se um número considerável de empreitadas em Franca e Jaú, afastando-se estes municípios da linha de tendência. Ainda sobre a questão das melhores condições de trabalho na fronteira, perceba no gráfico número nove que os pagamentos em dinheiro por cada cova formada foram mais recorrentes nos municípios da Noroeste (Pirajuí e Lins), e bem menos significativos nos municípios da Alta Araraquarense, de modo que neste gráfico (nove) tais municípios (São José do Rio Preto e Catanduva) se afastam bastante da linha de tendência, sendo tal diferencial entre estas duas regiões de fronteira tributária de uma demanda por trabalho superior na Noroeste, bem como uma conseqüência dos maiores riscos e perigos oferecidos àqueles que decidissem se embrenhar numa região totalmente desconhecida e inóspita. Chama-nos atenção, novamente, a posição de Franca e Jaú neste gráfico, onde o número de empreitadas com remuneração em dinheiro foi superior ao de três municípios de fronteira (São José do Rio Preto, Catanduva e Novo Horizonte), evidenciando que se tratava de áreas ainda não esgotadas para a cafeicultura e, mais do que isso, com rentabilidade suficiente para oferecer contratos desta natureza, certamente concorrendo com os municípios novos por mão-de-obra. Verifica-se nos demais municípios um número de empreitadas de formação muito inferior.

---

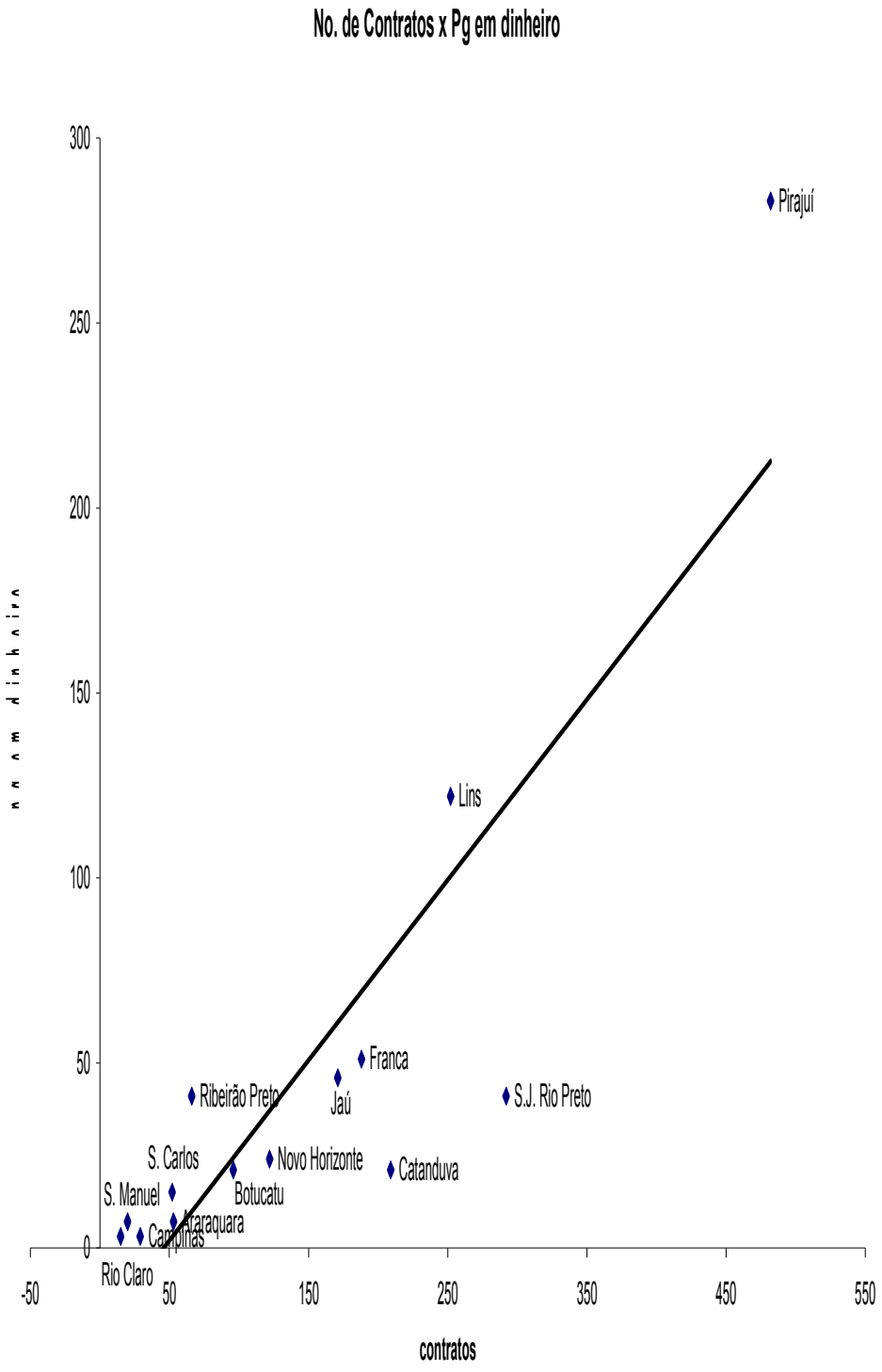
[9] Ver Rogério Naques FALEIROS. Os colonos do café e a crise de 1929: o "dever" e o "haver" nas cadernetas da Fazenda Pau d'Alho de Campinas. In: *anais do I Seminário do Café. História e Cultura Material*. Itu: Museu republicano Convenção de Itu: Museu Paulista/USP, 2006.

Gráfico 8



Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Gráfico 9



Fonte: Livros de Notas dos cartórios pesquisados (1917-1937)

Um último ponto a ser discutido nesta conclusão se refere aos municípios a partir dos quais a fronteira se expandiu entre 1917 e 1937. Como podemos observar no mapa abaixo (mapa 03), elaborado a partir das escrituras cartoriais pesquisadas, os grandes centros cafeicultores do interior paulista, tais como Campinas, Ribeirão Preto, Jaú e Araraquara foram diretamente responsáveis pelo avanço da atividade cafeeira sobre as regiões Noroeste e Alta Araraquarense, uma vez que fazendeiros lá localizados, muito provavelmente em função da queda de produtividade e do contexto internacional favorável, decidiram formas lavouras adiante. Em Ribeirão Preto foram lavradas empreitadas de formação de café em Taquaritinga, Nuporanga, Batatais, Ibitinga, São Simão, São José do Rio Preto, Jardinópolis, Penápolis, Catanduva, Araçatuba, Avanhandava e Morro Agudo. De Campinas partiram investimentos para a formação de lavouras em Lençóis Paulista, Jacutinga-MG, Bauru e Atibaia, ao passo que grandes cafeicultores sediados em Jaú expandiram as fronteiras do café para Pederneiras, Presidente Alves, São Pedro, Bariri, Bauru, Pirajuí, Bocaina, Agudos, Iacanga, Cafelândia, Penápolis, Avaí, Sta. Cruz do Rio Pardo, Jataí-PR, Tibagi-PR e São Jerônimo-PR. Dos grandes fazendeiros de Araraquara partiram investimentos para a formação de lavouras em Taquaritinga, Araçatuba, Pederneiras, Ribeirão Bonito, São Lourenço do Turvo, Birigui, Monte Aprazível e Penápolis. Partira de São Manuel alguns investimentos em Cafelândia e Pirajuí, sendo São Carlos o único dos grandes pólos cafeeiros a não estabelecer um raio de investimentos mais amplos abarcando as zonas novas, pois lá encontramos escrituras que versavam sobre a formação de cafeeiros em municípios próximos como Ibaté, Boa Esperança e Araraquara.

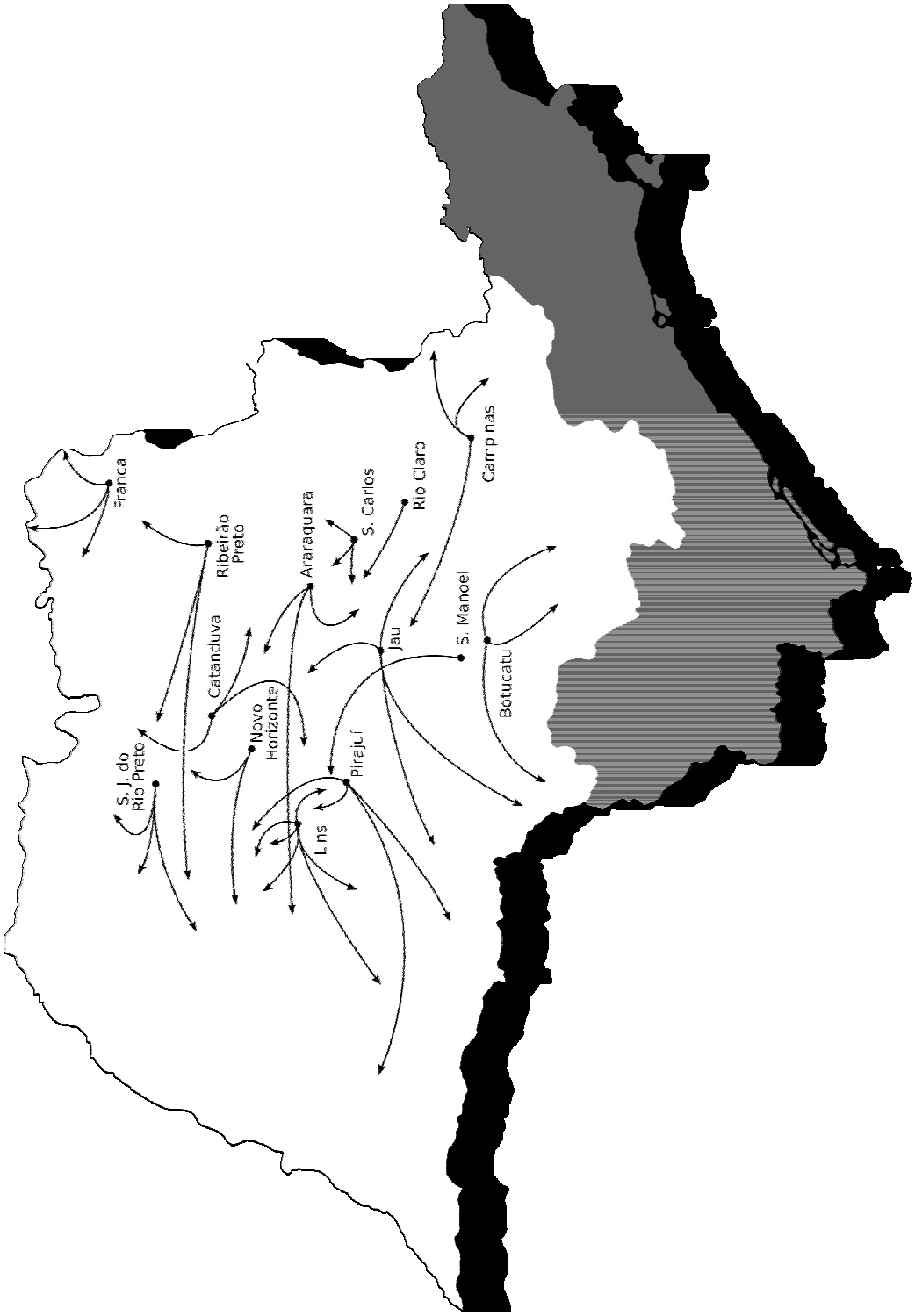
Em Franca, Rio Claro e Botucatu foram mais recorrentes investimentos na formação de cafeeiros em municípios vizinhos, atestando o fato de que os cafeicultores lá sediados, em geral, não possuíam as escalas de capital necessárias para "levar" a fronteira adiante. Em Franca encontramos escrituras de formação de cafeeiros em Cristais Paulista, São José da Bela Vista, Patrocínio Paulista, Jeriquara, Sacramento-MG, Cássia-MG, São Sebastião do Paraíso, Ibiraci-MG, Ribeirão Corrente, Rifaina, Pedregulho, Igarapava, Restinga e Ituverava. De Rio Claro partiram investimentos em Ribeirão Bonito, e de Botucatu investimentos em Tatuí, Rubião Jr., Bofete e uma única escritura de formação de cafeeiros no Paraná.

Dos municípios que em nossa pesquisa representaram a fronteira de expansão da cafeicultura partiram iniciativas de formação de lavouras em outras paragens. Atuando num raio mais localizado partira de São José do Rio Preto a formação de cafeeiros em Bálsamo, Cedral, Uchoa, Mirassol, Engenheiro Schmidt, Bad Bassit, Ipiguá, Palestina e Araçatuba (na Noroeste); em Catanduva

encontramos escrituras que versavam sobre a formação de cafeeiros em Monte Alto, Itápolis, Jaboticabal, Ibirá, Tabapuã, Santa Adélia, Itajobi, Borborema, Lins e Penápolis, municípios da Noroeste, indicando que esta zona fora receptora de investimentos da Alta Araraquarense à qual sucedera no avanço da fronteira. A partir de Novo Horizonte foram realizados investimentos na cafeicultura de Borborema, Itápolis, Glicério e Marília, municípios da Noroeste e da Alta Paulista, respectivamente.

Da Noroeste, uma das últimas fronteiras do interior paulista partiu investimentos na cafeicultura de municípios da Alta Paulista e da Alta Sorocabana. No Cartório de Pirajuí encontramos escrituras de formação de cafezais em Assis, Presidente Wenceslau, Presidente Prudente, Promissão e na vizinha Cafelândia; de Lins partiram investimentos em Getulina, Rancharia e Marília, como também nas próximas Pirajuí, Avanhandava, Glicério e Promissão, atestando a itinerância do café e o último ato da expansão cafeeira em São Paulo. A fronteira continuaria em movimento.

Mapa 3 – Investimentos na formação de lavouras realizados a partir dos municípios selecionados



Fonte: Elaborado a partir das escrituras pesquisadas em cartórios